

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, REQUERIMENTO N.º , DE 2024
(Do Sr. X / Da Sra. X)

Requer a realização do seminário “O Parlamento Brasileiro e as Agendas Ambientais no G20” na Comissão de Legislação Participativa.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a., nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do seminário “O Parlamento Brasileiro e as Agendas Ambientais”, com os objetivos de:

1. Incentivar o diálogo e a atuação dos parlamentares brasileiros no processo de inserção internacional brasileira nas áreas de clima e desenvolvimento sustentável;
2. Fortalecer as agendas de clima e desenvolvimento sustentável no G20, com ênfase nas prioridades dos países e sociedades do Sul Global;
3. Fomentar o diálogo entre a sociedade civil, o Legislativo e demais tomadores de decisão que atuam e incidem sobre as deliberações do G20, em especial de suas forças-tarefas e grupos de trabalho relacionados aos temas de clima e desenvolvimento sustentável

Para tanto, gostaria de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar informações relevantes sobre o tema:

- Parlamentares da Frente Parlamentar Ambientalista
- Representante do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis do G20 (Ministério da Fazenda)
- Representante da Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (Itamaraty)
- Representante do Parliament (P20)



- Representante da Plataforma Cipó - Integrante do Think Tanks (T20)
- Representante do Civil Society (C20)
- Marina Marçal - Representante do Urban (U20)

JUSTIFICAÇÃO

O Grupo dos Vinte (G20) reúne as maiores economias do mundo e se configura como principal fórum de cooperação econômica internacional. Mesmo antes da admissão da União Africana, em 2023, os países que integram o G20 já eram responsáveis por 80% das emissões de gases poluentes do planeta, por 80% do PIB global e por 60% da população mundial. Além disso, oito dos seus membros estão entre os dez países que dispõem de maior cobertura florestal no mundo. Tais dados evidenciam que a solução dos desafios ambientais globais, como a mudança climática, a perda da biodiversidade e a desertificação, só poderá ser alcançada mediante à participação efetiva e coordenada dos países do G20.

Ainda que se mantenha como um espaço privilegiado para coordenar iniciativas econômicas e financeiras, ao longo dos últimos anos, o grupo vem incorporando temas relacionados ao desenvolvimento sustentável, às mudanças climáticas, à biodiversidade e à agricultura à sua agenda. Em 2021, durante a presidência italiana, o texto da Declaração de Líderes do G20 apresentou mais de trinta menções às mudanças climáticas e sete menções à biodiversidade. No ano seguinte, a Declaração de Bali também conferiu ênfase à crise climática e foi além, ao apontar para os desafios inerentes à desertificação e à degradação dos solos. Em 2023, a presidência indiana lançou um novo Grupo de Trabalho para tratar dos riscos de desastres.

Em 2024, sob o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, a presidência brasileira definiu três prioridades principais para o G20: 1) Combater a fome, a pobreza e a desigualdade; 2) promover o desenvolvimento sustentável nos seus três pilares (social, econômico e ambiental); e 3) avançar na reforma da governança global. Para ajudar a cumprir essas metas, o Brasil estabeleceu três estruturas temporárias para o G20. Primeiro, um Grupo de Trabalho para discutir e lançar uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. Segundo, um Grupo de



Trabalho para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima, que visa reforçar a resposta coordenada do G20 às alterações climáticas até 2030 e além, explorando particularmente: (i) o papel dos planos nacionais de transformação sustentável e dos arcabouços econômicos existentes e (ii) uma agenda renovada para impulsionar o engajamento do setor financeiro em ações climáticas. Terceiro, uma iniciativa sobre bioeconomia.

As prioridades definidas pela presidência brasileira se inserem em meio ao contexto de uma troika (estrutura que reúne a presidência atual, a anterior e a subsequente do G20) composta exclusivamente por nações em desenvolvimento (atualmente, Índia, Brasil e África do Sul são membros da troika). A atual configuração da troika representa uma janela de oportunidade significativa para que o G20 atue como catalisador de ações em prol das necessidades do Sul Global. Isso inclui encorajar governos e instituições de governança global - incluindo as que compõem o Sistema das Nações Unidas e as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) - a mobilizar os recursos necessários para que os países em desenvolvimento avancem na transição para economias verdes e socialmente justas. Tal transformação, que assume caráter de urgência face ao agravamento das crises ambientais, exige um olhar atento à questão das desigualdades, que se manifestam tanto entre países, quanto domesticamente. Nesse sentido, são necessárias contribuições financeiras mais robustas por parte dos países desenvolvidos, a fim de conferir aos países do Sul Global os meios necessários para promover iniciativas visando a mitigação e a adaptação climática, a proteção da biodiversidade, o estímulo ao desenvolvimento sustentável e a promoção da justiça social.

Como representante dos países do Sul Global, presidente do G20, o Brasil dispõe de credenciais para liderar esforços multilaterais em busca de soluções para os desafios ambientais contemporâneos. A estratégia brasileira de se colocar como um ator propositivo deve ser desempenhada não apenas pelo governo federal, envolvendo também representantes dos estados, dos municípios, da sociedade civil e dos demais poderes da República, entre os quais se destaca o Poder Legislativo. Por meio do exercício da diplomacia parlamentar, os parlamentares brasileiros podem contribuir decisivamente para fortalecer o posicionamento do Brasil em fóruns internacionais,



para estreitar relações bilaterais entre o país e o resto do mundo e para monitorar a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil internacionalmente.

Reconhecendo a importância do engajamento parlamentar no processo de formulação e monitoramento da política externa brasileira, em especial, em fóruns globais chave, como o G20, por meio do GT Clima da Frente Parlamentar Ambientalista, composto por deputados federais, senadores e mais de 30 organizações da sociedade civil, proponho o evento "O Parlamento brasileiro e as agendas ambientais no G20", a ser realizado na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Ciente de que este é um debate importante e urgente, que pode contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil, conto com o apoio dos nobres pares.

Câmara dos Deputados, em XX de XX de 2023.

